

PARECER N.º 02/CEUP/2011

**“Carta Europeia do Investigador” e
“Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores”**

SUBMETIDO POR:

**Prof. Doutor José Carlos D. Marques dos Santos, Reitor da U. Porto,
a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas**

Relatores:

**Jorge Sequeiros, Maria Manuel Jorge, Manuel Carneiro da Frada,
Francisco Rocha Gonçalves, Sergio Fernandez e Maria Fernanda Bahia**

21 Março 2011

Contextualização

A 26 Novembro 2010, o Secretário de Estado do MCTES envia ao Presidente CRUP um correio electrónico com este documento, chamando a atenção para a importância do documento “no contexto do espaço europeu de investigação” e que o mesmo “está ser subscrito por um número crescente de universidades europeias”, pelo que seria da maior importância o CRUP iniciar a subscrição desse processo, à semelhança dos CRs de muitos outros países europeus. O mesmo correio termina notando que a comunicação à Comissão Europeia para a subscrição nesta fase de candidaturas termina no dia 6 de Outubro de 2010, o que poderá ser ou não um lapso.

O processo de subscrição da “Carta Europeia – Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores”, inclui 5 etapas: (1) um relatório sobre práticas e normas em vigor na instituição e como estes se relacionam com os princípios descritos na “Carta” (*note-se que o “template” fornecido para esse relatório pela DG Research já não se encontra disponível no URL que é fornecido*); (2) divulgação do relatório e publicação no portal *European EURAXESS Rights*, juntamente com uma proposta de medidas a tomar no sentido de adequar a prática aos princípios da Carta; (3) reconhecimento provisório pela Comissão Europeia da existência de uma estratégia de recursos humanos segundo os princípios da Carta por parte da instituição; (4) implementação da estratégia de recursos humanos proposta pela instituição, auto-avaliação da mesma e melhoramento de práticas; e (5) avaliação externa (4/4anos) do progresso da implementação da estratégia proposta.

O correio termina com a lista das instituições subscritoras a 1 Setembro 2010, nos diversos países, e que em Portugal incluem: a ABIC – Associação dos Bolseiros de Investigação Científica; Númena - Research Centre on Social Sciences and Humanities; e o Laboratório Nacional da Energia e Geologia (LNEG).

Este documento, recebido com a correspondência do Secretário de Estado do MCTES ao Presidente do CRUP, é entregue em mão no dia 25 Janeiro à CEUP para emissão de parecer.

Trata-se de um documento da *D.G. Research (Human resources and mobility, Marie Curie Actions)* da Comissão Europeia, publicado em 2005, com o título “Carta Europeia do Investigador • Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores”. Inicia-se com a “Recomendação da Comissão de 11 de Março de 2005 - Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores”, e como Anexo publica a “Carta” (secção 1) e o “Código de Conduta” (secção 2).

A “Recomendação”

A “Recomendação”, começa por considerar que “em Janeiro de 2000, a Comissão considerou necessário estabelecer o Espaço Europeu da Investigação como o eixo fulcral da futura acção comunitária neste domínio” e que “o Conselho Europeu de Lisboa definiu como objectivo a

atingir pela Comunidade tornar-se, até 2010, a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo”. Após outras considerações, tendo em conta nomeadamente que a “potencial escassez de investigadores identificada, especialmente em determinadas disciplinas-chave constituirá uma ameaça grave ao poder inovador, ao património de conhecimentos e ao crescimento da produtividade da UE num futuro próximo”, aponta a necessidade de “melhoria das suas perspectivas de carreira na Europa” e declara que o seu objectivo político final “é contribuir para o desenvolvimento de um mercado europeu do trabalho atraente, aberto e sustentável para os investigadores, em que as condições quadro permitam o recrutamento e conservação de investigadores de alta qualidade em ambientes propícios a um desempenho e produtividade eficazes.” Considera ainda que “os Estados-Membros (EM) deveriam envidar esforços para oferecer aos investigadores sistemas sustentáveis de progressão em todas as fases da carreira, independentemente da sua situação contratual e da via profissional escolhida em I&D, e para garantir que os investigadores sejam tratados como profissionais e como parte integrante das instituições em que trabalham,” que sejam “incentivadas todas as formas de mobilidade” e “uma política coerente de carreiras e de mobilidade dos investigadores para dentro e para fora da União Europeia”, com “procedimento de selecção e recrutamento abertos, transparentes e comparáveis a nível internacional”.

Finalmente, seguem-se 13 recomendações, entre as quais se destacam a de que os EM devem garantir que as entidades empregadoras ou financiadoras dos investigadores mantenham uma cultura de trabalho e um ambiente propício à investigação, dando especial prioridade às condições de trabalho e de formação na fase inicial da carreira, e melhorem os métodos de recrutamento e os sistemas de avaliação, criando um sistema mais transparente, aberto, equitativo e internacionalmente aceite de recrutamento e progressão na carreira, o que seria indispensável para a criação de um verdadeiro mercado europeu de trabalho para os investigadores. Os EM devem por isso criar estratégias e sistemas para o desenvolvimento de carreiras sustentáveis, segundo os princípios e requisitos da Carta Europeia do Investigador e do Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, e implementarem normas institucionais e legislação nacional nesse sentido, nomeadamente, fomentando regras de avaliação e de financiamento que promovam essas medidas, eliminando os obstáculos para uma maior mobilidade dos investigadores e garantindo-lhes cobertura adequada em termos de segurança social, incluindo aquando da sua transição de sector ou de país. Recomendam-se ainda mecanismos de verificação do cumprimento das medidas anteriores, e ampliar este quadro a organizações internacionais e intergovernamentais. Finalmente, os EM devem informar anualmente a Comissão dos resultados obtidos. A própria Recomendação deverá ser revista periodicamente.

“Carta Europeia do Investigador”

A “Carta Europeia do Investigador” consiste num “conjunto de princípios e requisitos gerais que definem os papéis, responsabilidades e direitos dos investigadores, bem como das entidades empregadoras e/ou financiadoras dos investigadores.”

Dirige-se aos investigadores na EU, em qualquer fase da sua carreira ou domínio de investigação, nos sectores público e privado, independentemente do seu vínculo ou do estatuto jurídico da entidade ou estabelecimento de investigação. Considera os múltiplos papéis dos investigadores, não apenas na realização de investigação e actividades de desenvolvimento, mas também na supervisão, orientação pedagógica e gestão ou em tarefas administrativas.

Inicia-se por uma série de princípios e requisitos gerais aplicáveis aos investigadores, como liberdade de investigação, princípios éticos, responsabilidade profissional, atitude profissional, obrigações contratuais e jurídicas, responsabilização, boas práticas em investigação, divulgação e exploração dos resultados, envolvimento público, relação com os supervisores, deveres de supervisão e gestão e desenvolvimento profissional contínuo.

Segue-se com princípios e requisitos gerais aplicáveis às entidades empregadoras e financiadoras, tais como o reconhecimento da profissão, não-discriminação, ambiente de investigação, condições de trabalho, estabilidade e permanência do emprego, financiamento e salários, equilíbrio entre géneros, progressão na carreira, valor da mobilidade, acesso à formação pela investigação e ao desenvolvimento contínuo, acesso a orientação profissional, direitos de propriedade intelectual, co-autoria, supervisão, ensino, sistemas de avaliação/aferição, reclamações/recursos, participação em órgãos de decisão e recrutamento.

“Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores”

“O Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores é composto por um conjunto de princípios e requisitos gerais que devem ser seguidos pelas entidades empregadoras e/ou financiadoras quando da nomeação ou recrutamento de investigadores. Estes princípios e requisitos devem garantir o respeito de valores como a transparência do processo de recrutamento e o tratamento equitativo de todos os candidatos, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento de um mercado europeu de trabalho atraente, aberto e sustentável para os investigadores, sendo complementares dos consagrados na Carta Europeia do Investigador.”

O Código de Conduta defende depois Princípios e Requisitos Gerais dirigidas essencialmente às entidades empregadoras e financiadoras, em termos de recrutamento, selecção, transparência, apreciação do mérito, variações na ordem cronológica dos CV, reconhecimento da experiência de mobilidade, reconhecimento de qualificações, antiguidade e nomeações pós-doutoramento.

Definições

Na secção final, o documento define o que se deve entender, no seu contexto, por “investigadores”, “entidades empregadoras”, “entidades financiadoras” e “nomeação ou emprego”, que aqui se transcrevem no essencial.

“Para fins da presente recomendação, será utilizada a definição de investigador de Frascati, reconhecida internacionalmente. Em consequência, os **investigadores** são definidos como: *«Profissionais que trabalham na concepção ou criação de novos conhecimentos, produtos, processos, métodos e sistemas e na gestão dos respectivos projectos».*”

“Entende-se por **entidades empregadoras** todas as instituições públicas ou privadas que empregam investigadores numa base contratual ou que os acolhem ao abrigo de outros tipos de contratos ou convenções, mesmo que não exista uma relação financeira directa. Estas últimas entidades referem-se especialmente a instituições de ensino superior, departamentos universitários, laboratórios, fundações ou organismos privados em que os investigadores realizam a sua formação pela investigação ou desenvolvem as suas actividades de investigação com base no financiamento concedido por um terceiro.”

“Por **entidades financiadoras** entende-se todos os organismos que concedem financiamentos (incluindo bolsas, prémios e subvenções) a instituições públicas e privadas de investigação, incluindo estabelecimentos de ensino superior.”

“Por **nomeação ou emprego** entende-se qualquer tipo de contrato ou bolsa, subvenção ou prémio financiado por um terceiro, incluindo o financiamento no âmbito do(s) programa(s)-quadro.”

Parecer da CEUP

A maior parte destas recomendações são dirigidas aos EM, no sentido de estes desenvolverem medidas legislativas que estimulem a estabilidade e a progressão na carreira de investigadores, harmonizarem critérios de avaliação e transferência e aumentarem a sua mobilidade, sem prejuízo da sua segurança social. Outras são mais dirigidas às instituições empregadoras e financiadoras.

Algumas recomendações são demasiado vagas e gerais, de eficácia ambígua, enquanto outras são mais concretas, mas nem sempre fáceis de implementar, dependendo muitas vezes da forma como se harmonizarem entre os EM.

Tendo em atenção o contexto deste parecer e a origem do seu pedido, será no que toca às instituições universitárias públicas que ele se debruça essencialmente, uma vez que o que está em causa é a sua subscrição pelo CRUP.

Assim, estes documentos, em si próprios, merecem-nos as seguintes considerações gerais, as quais se procuram cingir aos aspectos éticos, que constituem a competência específica desta Comissão, muito embora estes não possam deixar de se mesclar com as outras dimensões da actividade de investigação:

A. Considerações Gerais

(1) É dito que a Comissão Europeia adoptou a Carta e o Código com pelo menos dois objectivos centrais: (a) potenciar a produção científica europeia, tornando a investigação uma carreira atractiva (com todo o reflexo sobre crescimento económico e poder político); e (b) investir nos recursos humanos, uniformizando procedimentos, estabelecendo direitos e obrigações de empregados e empregadores/financiadores, em todo o espaço europeu. O segundo objectivo será o meio valorizado para garantir o primeiro. O pressuposto básico subjacente parece ser o reconhecimento de que uma conduta epistémica e eticamente responsável, se consciencializada e assumida por todos intervenientes, permite concretizar o primeiro objectivo. A ética parece pois inadiável e reconhecê-lo é mostrar que se entende onde se situa, agora, um dos desafios centrais para a investigação.

(2) A Carta, enquanto listagem de deveres tradicionais e novos (tantas vezes difíceis de compatibilizar), tem utilidade, se adoptada, porque cria uma responsabilidade ao assumir-se um compromisso público. O Código de Conduta é mais facilmente reconhecido como imperioso no actualmente problemático mercado do trabalho, ao defender a profissão de investigador, ao visar facilitar a mobilidade, ao clarificar, para evitar abusos, as relações com empregadores e financiadores, ao pormenorizar por exemplo, um conjunto de competências hoje de um investigador (investigar e publicar, mas também ensinar, gerir, angariar fundos, divulgar, etc. e saber que haverá um peso forte na avaliação profissional de itens para os quais não se preparou).

(3) Os textos, sem o explicitarem, tentam cumprir uma função pertinente, perante a profunda transformação, nas últimas décadas, das condições sociais da investigação e do modo como deixaram numa certa indefinição do que é, agora, ser investigador. Esse será talvez o maior mérito dos documentos, sobretudo para a geração que vive essa mudança, para quem é uma apresentação idealizada das regras de fazer ciência. Para atrair vocações este é um meio a explorar. Ajuda-se os “trabalhadores do conhecimento” e, no fundo, todos os actores mobilizados pela investigação a redesenharem qual é efectivamente o seu papel e a finalidade do seu esforço, o que se espera deles e o que podem esperar. Há aqui uma pertinente chamada de atenção, também à sociedade, para as responsabilidades de uma “cidadania científica”, e para o seu empenho numa reflexão conjunta.

(4) Os objectivos de ambos os documentos são pois valiosos e as recomendações pertinentes, embora por vezes demasiado vagas ou mesmo ambíguas. Algumas envolverão mesmo

resistências na prática que serão difíceis de ultrapassar. A dificuldade não está pois nos princípios e nas intenções expostas, mas nas dificuldades da sua implementação.

B. Considerações específicas

(1) A Carta é uma súmula de deveres e talvez só o primeiro ponto enuncie um direito, a liberdade de investigação. Esta coloca questões complexas. Tal como é posta, não passa de um mero enunciado e, mesmo assim, controverso à luz da história da ciência moderna.

Por outro lado, o que constitui o fim específico da actividade do investigador é a expansão do conhecimento científico e não o bem da humanidade, muito embora este possa ser uma consequência daquele. Mas o texto da carta inverte a ordem, pois fala primeiro do bem da humanidade e só depois da liberdade específica da investigação. Que nada deve obstar a livre movimentação do pensamento e imaginação é uma ideia que está presente em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e é dever dos cientistas considerá-lo. No entanto, ao dizer-se que o objectivo da investigação é o bem da humanidade, tal funciona desde logo como um constrangimento a essa liberdade. Para lá da constatação de que o modo de conhecer passa, em muitos âmbitos, cada vez mais pelo fazer (e por isso perdeu inocuidade), a redacção deste ponto está a exprimir uma real ambivalência na forma como a sociedade se relaciona com a ciência e a tecnologia. Seria preferível, e mais honesto, dizer que a responsabilidade social do cientista implica não fazer o mal, que é mais facilmente designável.

(2) Do mesmo modo, é dado especial relevo à economia, como objectivo, em detrimento do conhecimento. Tratando-se de um documento elaborado em função da actividade de carácter científico, pareceria mais correcto inverter a ordem dos considerandos, já que o aprofundar do conhecimento poderá ter como consequência o progresso da economia.

(3) Também o valor conferido à mobilidade em si parece excessivo, sobretudo na importância que é dada à mobilidade entre os sectores público e privado. É claramente questionável que, no sistema de avaliação se valorize “plenamente qualquer experiência de mobilidade”.

(4) Os princípios e práticas éticas que norteiam a actividade do investigador não são somente os que são reconhecidos (e adequados), mas aqueles que *devem* ser reconhecidos. Esta precisão é importante dado que na dinâmica do crescimento científico se deparam muitas vezes situações novas, que requerem respostas imediatas (prudentes e consistentes). Assim, não seria curial esperar pela sedimentação do reconhecimento de regras éticas para vincular o investigador a princípios éticos, pois este deve sempre, haja ou não já sedimentação de tais regras, orientar-se por aqueles princípios.

(5) Verifica-se que um critério principal de avaliação é o da criatividade da investigação. Contudo, se essa criatividade é essencial, importa não menos a qualidade da investigação. A criatividade só interessa se tiver qualidade. Sugere-se, nesse sentido, um maior relevo aos

aspectos qualitativos, devidamente ponderados em relação a índices bibliométricos, tal como vai exposto na apreciação do mérito.

(6) Embora se refiram em vários locais as diversas facetas da vida de um investigador, não parece haver suficiente menção da conveniência de articular devidamente a carreira de investigação com a da docência universitária, pois importa muito, ao menos nalgumas áreas, intensificar-se a comunicação entre ambas.

C. Considerações Finais


A Comissão de Ética é de parecer que a Universidade do Porto não deverá ter objecções gerais de natureza ética quanto à subscrição da Carta e do Código de Conduta.

Não deixa de reconhecer as dúvidas e reservas que poderiam levantar-se, numa análise de especialidade a estes documentos, assim como objecções no que toca à metodologia da sua elaboração e à adequação e oportunidade dos prazos nele pressupostos, ou incertezas relativamente à sua real eficácia, já que se trata essencialmente de um plano de boas intenções, tão ambicioso quanto vago e de difícil implementação.

Esperamos que a Carta Europeia e o Código de Conduta sejam de facto objecto de revisão periódica, conforme previsto, e nos seja então dada atempadamente oportunidade de nos pronunciarmos sobre o seu enunciado e, em particular, os pontos específicos que acima colocamos.

Porém, atendendo essencialmente ao valor ético dos princípios genéricos enunciados nestes documentos, e considerando a legitimidade das suas preocupações, assim como a bondade das soluções apontadas, e uma vez que se trata de documentos cuja versão actual já não está em discussão, mas apenas aguardam assinatura, a Comissão de Ética não coloca quaisquer objecções de natureza ética quanto à subscrição dos dois documentos por parte da Universidade do Porto ou, se for caso disso, por parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Porto, 21 Março 2011



Jorge Sequeiros

(Presidente)